



SEMINÁRIO INOVAÇÃO NAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Como promover melhores resultados na implementação de política pública para a sociedade?

João Mendes da Rocha Neto

Enap/PPGA-UnB

Brasília, novembro de 2018

OBJETIVOS – PARTINDO DA INDAGAÇÃO

Refletir acerca da natureza daquilo que vem sendo entregue a sociedade brasileira, por intermédio da Agenda de políticas públicas existente;

Destacar que a implementação não se autonomiza, ao contrário do que ocorre costumeiramente, mas que necessita de uma visão ampliada para alcançar os objetivos;

Analisar a qualidade e a perenidade das entregas feitas, como promotoras de transformações positivas e/ou para assegurar dignidade as pessoas;

Relacionar a importância das transferências voluntárias com mudanças de curto, médio e longo prazos e seu papel nas políticas públicas; e

Apontar possibilidades para mudanças que reflitam na implementação e, conseqüentemente, na qualidade daquilo que é entregue a sociedade.

CONSTATAÇÕES DE UMA IMPLEMENTAÇÃO INADEQUADA

Homogeneização das políticas públicas, leva a uma pasteurização do país em todas as dimensões (sociais, econômicas, institucionais, culturais, etc.);

Visão autorreferente do Governo Federal, que ainda se utiliza dos métodos tradicionais para interpretar a diversidade do país;

Estruturas de bem-estar inacabadas (escolas, creches, unidades de saúde, etc.) e, portanto, persiste a manutenção da não acessibilidade/oportunidades aos que deles necessitam;

Prestação de serviços descontinuados e/ou de baixa qualidade, com reflexos claros na desigualdade entre os cidadãos brasileiros;

Desconexão entre o provimento de infraestrutura social e produtiva com as realidades existentes, hegemonizando-se o modelo “concentrador” espacialmente, apesar dos esforços pontuais nos últimos anos; e

Iniciativas que pretendem reverter esse modelo primaz, em geral, são vistas de forma reticente pela administração pública e não conseguem adquirir robustez na Agenda.

PENSAR A IMPLEMENTAÇÃO PARA ALÉM DELA MESMA

Percebe-se uma desconexão entre os momentos (etapas) do ciclo com claros reflexos na implementação, o que reforça a visão compartimentada e etapista;

Há uma dificuldade de se pensar os problemas a serem enfrentados na perspectiva complexa e, portanto, multisetorial;

Existe uma resistência ao trabalho cooperativo entre as instituições desde as fases embrionárias de uma política pública, isso se magnifica quando a implementação se dá fragmentada;

A implementação ainda carece de ter o tamanho (e importância) que de fato possui, pois é nesse momento que o Estado chega de fato ao cidadão; e

Os elos entre a implementação e a avaliação de uma política pública necessitam de reforço, levando em consideração que nesse momento emergem questões relevantes, as quais podem esconder problemas de natureza diversa (desenho, governança; arranjo institucional, instrumentos de gestão, focalização, etc.).

POR QUAIS CAMINHOS?: ALGUMAS REFLEXÕES SE DESEJAMOS MUDAR

As formas de institucionalização de políticas públicas está adequada no país?

Nossa visão dos problemas alcança a complexidade e o tamanho que eles possuem, considerando a heterogeneidade do país?

A Agenda de políticas públicas reflete o federalismo brasileiro, quando trata da descentralização e autonomia ?

A estrutura governamental e a Agenda expressa o desejo da sociedade brasileira nas suas prioridades?

Nossos canais de escuta (com a sociedade civil e outras esferas de governo) são eficientes e considerados nas decisões?

Nossas redes de interlocução alcançam seus objetivos, ou são instâncias de dispersão de energia institucional?

Nossos instrumentos de avaliação estão adequados a solução do problema e, portanto, as medidas de enfrentamento sinalizadas pelas políticas públicas?

Nossos recursos de gestão estão adequados para a complexidade a ser enfrentada?

ALGUMAS CONCLUSÕES: O QUE AINDA NOS FALTA?

Clareza ao definir os problemas centrais que se configuram em nossas insuficiências;

Entender onde estão as nossas fortalezas para o enfrentamento dessas questões;

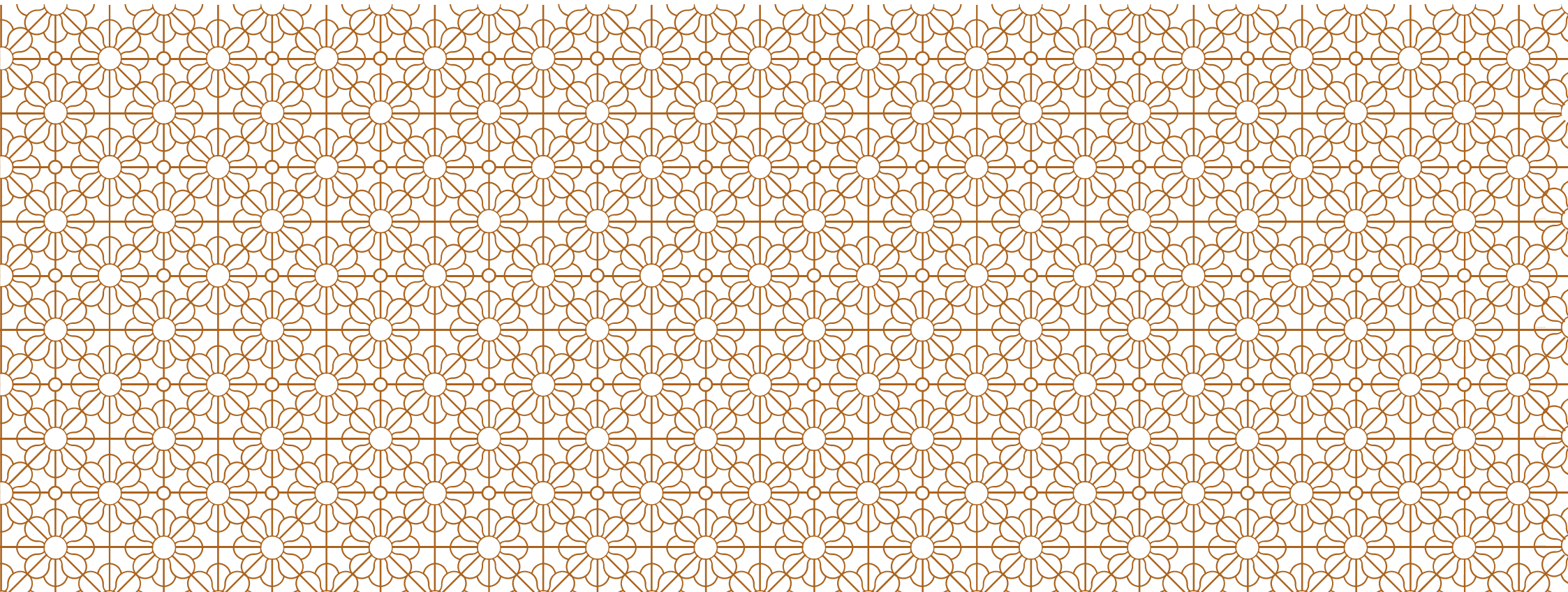
Estruturar uma Agenda consistente de Políticas Públicas enfatizando as questões que desejamos enfrentar;

Incorporar nas políticas públicas os instrumentos de planejamento (não prescritivos e flexíveis), gestão (incluindo-se aí o monitoramento), financiamento, governança, comunicação e avaliação;

Internalizar a cultura da federação no âmbito do Governo Federal, compreendendo que não existiremos sem que olhemos de forma cuidadosos para o país que temos;

Desenhar um programa continuado de capacitação (e não de simples treinamento) para a gestão dos entes federados que não seja fragmentado nem autorreferente na esfera federal; e

Nos convencer que os melhores resultados na implementação, devem vir acompanhados de estratégias (em todos os momentos do ciclo de PP) que possibilitem tais melhorias, o que requer um reposicionamento do Governo Federal.



OBRIGADO!

joao.neto@enap.gov.br

Contato: 2020-3046